

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FUNPRESP-JUD SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2015

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD), no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do artigo 42 do Estatuto da Entidade e as disposições da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Anexo C (Normas Gerais), item nº 17, e tomando por base os Relatórios Mensais sobre os Balancetes Contábeis, emitidos mensalmente e encaminhados ao Conselho Deliberativo, conforme inciso I do artigo 42 do Estatuto da Entidade, e o exame das Demonstrações Contábeis compreendidas pelo: Balanço Patrimonial Consolidado; Demonstração da Mutação do Patrim nio Social (DMPS); Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido (DMAL); Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL); Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA); Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT); Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis; e o Parecer dos Auditores Independentes BDO RCS Auditores Independentes SS, mais especificamente no t pico de ênfase, conforme transcrito abaixo:

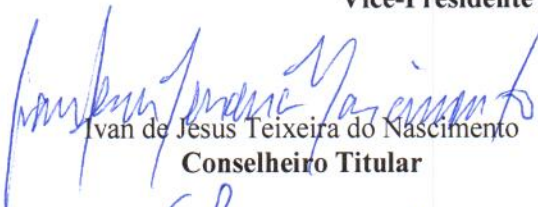
“Conforme mencionado nas notas explicativas n  1 e n  9, a Fundac o iniciou as suas operações em 14 de outubro de 2013 (data da aprovação do Regulamento do Plano de Benefícios). O estudo de viabilidade econ mico-financeiro, elaborado sob responsabilidade da administração da Fundac o, evidenciou que a capacidade de geração de receitas futuras para cobertura das respectivas despesas administrativas do Plano de Gestão Administrativa – PGA, bem como a capacidade de honrar com a obrigação assumida junto aos seus patrocinadores, no montante de R\$ 31.250 mil, registrado no Exigível operacional na rubrica de adiantamento de Contribuições – Patrocinador, estão condicionadas, dentre outros fatores, ao sucesso na captação de novos Participantes por meio da adesão ao plano de benefícios administrado pela Fundac o. Nossa opinião não cont m modificação relacionada a este tema.”


Conclui-se que as **Demonstrações Contábeis do exercício de 2015**, iniciadas em 1  de janeiro de 2015 e findadas em 31 de dezembro de 2015, possuem recomendação de aprovação pelo Conselho Fiscal e estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho Deliberativo, observado que a supracitada ênfase do Parecer da Auditoria Independente foi integralmente acatada por este Conselho.

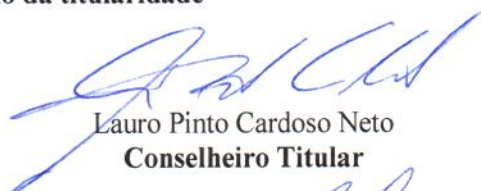
Brasília-DF, 23 de març o de 2016.

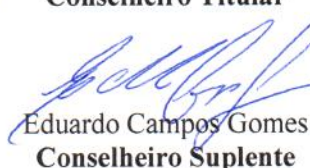

Leonardo Peixoto de Melo

Vice-Presidente no exercício da titularidade


Ivan de Jesus Teixeira do Nascimento
Conselheiro Titular


Camilo Rey Laureto
Conselheiro Suplente


Lauro Pinto Cardoso Neto
Conselheiro Titular


Eduardo Campos Gomes
Conselheiro Suplente


Gustavo Caribé de Carvalho
Conselheiro Suplente